

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i> (PROFESSOR ROQUE ANTONIO CARRAZZA)	7
<i>Nota à 3ª Edição</i>	15
<i>Introdução</i>	17
 <i>Capítulo I – Teoria Geral do Processo Administrativo Tributário</i> 	
<i>1. Tutela jurídica</i>	21
<i>2. Tributação e o paradigma constitucional do Estado Democrático de Direito</i>	24
<i>3. Direito substancial e direito processual</i>	28
<i>4. Direito constitucional processual</i>	31
<i>5. Princípios</i>	35
<i>5.1 Princípios gerais</i>	39
5.1.1 <i>Igualdade</i>	39
5.1.2 <i>Legalidade</i>	40
5.1.3 <i>Devido processo legal</i>	41
5.1.3.1 <i>Ampla defesa</i>	43
5.1.3.2 <i>Contraditório</i>	45
<i>5.2 Princípios específicos</i>	47
5.2.1 <i>Legalidade objetiva</i>	47
5.2.2 <i>Oficialidade</i>	47
5.2.3 <i>Informalidade</i>	48
5.2.4 <i>Verdade material</i>	49
5.2.5 <i>Princípio inquisitivo</i>	50
5.2.6 <i>Revisibilidade</i>	51
<i>6. Natureza jurídica</i>	52



7. Processo e procedimento	54
8. Objeto	58
9. Relação jurídica	59
10. Eficácia	63
11. Interpretação	65

Capítulo II – Atos Administrativos Tributários

1. Atos administrativos	
1.1 Conceito	69
1.2 Requisitos	70
1.3 Discricionariedade administrativa	74
1.4 Espécies	78
2. Ato e procedimento	79
3. Vícios e conseqüências	81
4. Revisão dos atos	86
5. Extinção dos atos	92

Capítulo III – Consultas Tributárias

1. Direito à consulta tributária	97
2. Agentes	103
3. Objeto e forma	106
4. Efeitos	110

Capítulo IV – Fases do Processo Administrativo Tributário

1. Controle da legalidade	115
2. Histórico	124
3. Impugnação ou reclamação	134
4. Julgamento singular	136
5. Recursos – Revisão	138
6. Requisitos das decisões administrativas tributárias	
6.1 Motivação e publicidade	144
6.2 Imparcialidade	147



7. Inscrição em dívida ativa	149
8. Importância do processo administrativo tributário	152

*Capítulo V – Competência dos
Órgãos Julgadores Administrativos Tributários*

1. Constitucionalidade e legalidade	161
2. Efeitos da decisão	169
3. Decisão administrativa e ação judicial	174

Capítulo VI – Provas

1. Poderes de cognição dos julgadores	191
2. Meios de prova	195
2.1 Conceito	196
2.2 Prova magnética	199
2.3 Prova emprestada	201
2.4 Prova ilícita	203
3. Ônus da prova	204
4. Presunções	208
5. Perícia e diligência	212

*Capítulo VII – Controle Jurisdicional
da Administração Tributária*

1. Controle judicial	215
2. Mandado de segurança	222
Conclusões	233
Bibliografia	241